

REVISTA MARACANAN

Artigos

A Aliança Liberal no Estado do Paraná: composição do núcleo dirigente, desempenho eleitoral e destinos políticos de suas lideranças (1929-1930)

The Liberal Alliance in the State of Paraná (Brasil): composition of the ruling core, electoral performance and political destinies of its leaderships (1929-1930)

Sandro Aramis Richter Gomes*

Universidade Federal do Paraná
Curitiba, Paraná, Brasil

Recebido em: 26 jul. 2021.

Aprovado em: 28 out. 2021.



* Pesquisador em Estágio de Pós-doutorado na Universidade Federal do Paraná. Doutor, Mestre e graduado em História pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: argomes8@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6790-4958>

 <http://lattes.cnpq.br/2071519123932874>

Resumo

Neste artigo desenvolve-se uma investigação acerca da estrutura interna e do desempenho eleitoral da Aliança Liberal (AL) no Paraná. Nesse estado, as atividades da agremiação abrangeram os anos de 1929 a 1930. Por meio de um estudo de caso, o objetivo desta análise é produzir conhecimento sobre as formas de ação política de opositores nos anos finais da Primeira República. Há quatro argumentos sustentados neste trabalho. Primeiro, é evidenciado que, no Paraná, a AL era controlada por egressos do partido governista. Segundo, compete demonstrar que ela atingiu um grau de competitividade eleitoral superior ao dos partidos estaduais que existiram naquele estado nos anos 1920. Terceiro, destaca-se que a vida interna da unidade paranaense da AL era pouco estável. Os membros do núcleo dirigente do partido não demoraram a se dividir. Em quarto lugar, convém salientar que, no início dos anos 1930, uma parte dos gestores dessa agremiação atuou no campo opositor. O ingresso desses correligionários no grupo situacionista ocorreu no período pouco anterior ao advento do Estado Novo.

Palavras-chave: Aliança Liberal. Eleições. Elites Políticas. Primeira República.

Abstract

The article analyzes the internal structure and electoral performance of the Liberal Alliance (LA) in Paraná. In such a state, the activities of this association extended from 1929 to 1930. Through a case study, the purpose of this analysis is to produce knowledge about the forms of political action of oppositionists in the final years of the First Republic. There are four arguments presented in this work. First, in Paraná, the LA was controlled by former members of the ruling party. Second, the LA reached a degree of electoral competitiveness higher than that of the state parties that existed in that state during the 1920s. Third, the internal life of the LA unit in Paraná was not stable. The members of the ruling core of this association were quick to split. The fourth argument points out that, in the early 1930s, part of the leaders of the party acted in the field of opposition. The entry of these allies in the ruling group took place in the context shortly before the establishment of the Estado Novo.

Keywords: Liberal Alliance. Elections. Political Elites. First Brazilian Republic.

Introdução

Neste artigo empreende-se uma investigação acerca da estrutura interna e do desempenho eleitoral da Aliança Liberal (AL) no Paraná. Nesse estado, as atividades da agremiação abrangeram os anos de 1929 a 1930. Por intermédio de um estudo de caso, a finalidade deste trabalho é produzir conhecimento a respeito das formas de ação política das oposições estaduais nos últimos anos da Primeira República.

Há quatro argumentos sustentados neste artigo. Primeiro, é evidenciado que, no Paraná, a AL era comandada por políticos que tiveram passagens pela agremiação governista que existia nesse estado. Ela era localmente controlada por indivíduos que possuíam longa experiência na administração de diretórios partidários. Segundo, convém salientar que, em relação aos partidos de oposição criados no Paraná dos anos 1920, a referida agremiação formou uma base eleitoral mais expressiva. Nesse estado, portanto, os últimos anos da Primeira República foram caracterizados pelo aumento da competitividade eleitoral da oposição. Terceiro, ressalta-se que a vida interna da AL paranaense foi marcada pela instabilidade. A cisão entre os dirigentes foi um aspecto da história dessa agremiação. Em quarto lugar, destaca-se que a maior parte dos chefes locais desse partido migrou para o campo oposicionista no início dos anos 1930. A transferência dos chefes da AL para o grupo situacionista ocorreu na época pouco anterior à instauração do Estado Novo.

* * *

As análises referentes à vida política do Brasil da Primeira República têm avançado. O principal avanço reside na identificação dos modos de ação eleitoral das oposições regionais. Um dos resultados dos novos estudos respeitantes a esse tema evidencia que, em diferentes estados, os contendores dos partidos estaduais estavam permanentemente organizados. A abstenção nas eleições não era uma prática frequente das agremiações minoritárias (Cf.: BRITO, 2019; RIBEIRO, 2019; SACCOL, 2018). Os opositores dos partidos dominantes também se mobilizaram para questionar, em agências como a Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados, a idoneidade das eleições vencidas pelos governistas (Cf.: FIGUEIREDO, 2017; ZULINI, 2016). Em última instância, a renovação dos estudos alusivos à Primeira República reside em identificar a convergência entre os estados no tocante às formas de envolvimento dos oposicionistas no jogo eleitoral.

De outra parte, cumpre destacar que os estudos históricos têm conferido ênfase aos destinos políticos de personagens que ocuparam posições proeminentes nos quadros partidários de seus estados de origem ao tempo da Revolução de 1930. Convém reconhecer que um avanço no estudo desses destinos consiste em identificar a participação de políticos

veteranos em esquemas das nomeações para cargos públicos que vigoraram nos estados durante a Era Vargas. Mais precisamente, uma inovação nas análises históricas reside em evidenciar as formas de acomodação de elites regionais em agências da administração pública em um contexto marcado pelo controle dos interventores sobre os governos estaduais (Cf.: CODATO, 2008; DAGOSTIM, 2011).

Por outro lado, cumpre reconhecer três limitações nos estudos concernentes à vida partidária dos anos finais da Primeira República e aos percursos dos políticos que atuaram como oposicionistas no curso dos anos 1920. Uma limitação diz respeito à análise da organização interna dos partidos minoritários. Mantém-se episódico o aparecimento de estudos voltados à compreensão da composição social e da competitividade eleitoral das agremiações estaduais que atuaram como adversárias dos partidos situacionistas.¹

A historiografia permanece carente de análises acerca das diferenças entre os pequenos partidos no que concerne à maior ou menor capacidade de contrabalançar o predomínio das agremiações oficiais. Ela também se ressentida da falta de investigações que salientem as aproximações e diferenças entre os partidos minoritários no que tange à composição do seu quadro de dirigentes. O estudo acerca dessa composição é crucial para reconhecer as distinções regionais quanto à renovação do rol de líderes oposicionistas. De fato, os estudos pioneiros sobre a Aliança Liberal identificaram os setores sociais que apoiaram essa agremiação.² Entretanto, mantém-se incompleta a tarefa de investigar as peculiaridades dos percursos políticos dos chefes regionais desse partido.

A segunda limitação é referente à análise de resultados eleitorais. São pouco numerosos os estudos acerca das flutuações do desempenho eleitoral dos partidos de oposição que funcionaram no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Há escassas iniciativas direcionadas a analisar a votação dos partidos estaduais que existiram nos anos finais da Primeira República e nos primeiros anos da Era Vargas.³

A terceira limitação diz respeito ao estudo das trajetórias de membros das elites locais que estavam politicamente ativos no contexto da Revolução de 1930. Conforme mencionado, existem abordagens contemporâneas acerca do envolvimento dessas elites em agências criadas a partir do Governo Provisório de Getúlio Vargas. No rol das novas agências, estavam os Conselhos Estaduais. Todavia, permanecem pouco conhecidos os destinos de políticos veteranos que não pertenceram a esses órgãos administrativos. Por meio do caso do Estado do Paraná, a presente análise evidencia as distinções entre políticos veteranos e novatos no que concerne às condições de serem absorvidos por instâncias administrativas federais e estaduais após o fim da Primeira República.

¹ Dentre as agremiações oposicionistas existentes na mencionada década, o Partido Democrático Paranaense foi aquele que obteve maior atenção na historiografia. Cf.: GRANATO, 2019; PRADO, 1986.

² A identificação do apoio das classes médias à Aliança Liberal é um resultado inerente a esses trabalhos. Cf.: FAUSTO, 1970; FORJAZ, 1978.

³ Os resultados de uma recente iniciativa destinada a analisar comparativamente o desempenho eleitoral dos partidos estaduais no início dos anos 1930 estão contidos em: RICCI, 2019.

A execução deste artigo é efetuada por meio de métodos inspirados na prosopografia.⁴ Essa perspectiva de análise permite identificar aspectos convergentes entre as carreiras políticas dos indivíduos que pertenceram à cúpula da Aliança Liberal no Paraná. Mais especificamente, trata-se de salientar que havia semelhanças entre esses dirigentes quanto aos seus processos de ingresso e mobilidade na cena partidária do estado. Por meio da reunião massiva de informações sobre as carreiras desses indivíduos, convém salientar as condições que favoreceram a constituição de uma aliança política entre eles. Em síntese, essa linha de abordagem permite reconhecer os fatores que propiciaram a instalação de um diretório regional da AL.⁵

Ao mesmo tempo, a análise prosopográfica possibilita a identificação de aproximações entre os gestores locais da AL quanto ao desfecho de seus percursos políticos. Dessa maneira, compete salientar que a camada majoritária desses gestores teve análogas oportunidades no decorrer dos anos 1930. Nesse período, eles foram absorvidos pelo campo governista do Paraná.

A Aliança Liberal no contexto político paranaense dos anos 1920: as oscilações do desempenho eleitoral da oposição

O estudo da participação da AL na cena política do Paraná requer, inicialmente, a análise do quadro partidário que vigorou nesse estado na década de 1920. Para o desenvolvimento dessa investigação, compete sustentar três constatações. Primeiro, trata-se de salientar que nesse decênio os partidos de oposição foram marcados pela curta duração. A experiência do insucesso eleitoral era comumente sucedida pela desagregação dos antagonistas do governismo. Nessa época, a AL foi o último partido oposicionista a surgir no Paraná. Ela foi precedida pelas seguintes agremiações: Partido Autonomista (PA), Partido Republicano Liberal (PRL) e Partido Democrático Paranaense (PDP). Nesse período, a agremiação situacionista adotava a denominação de Partido Republicano Paranaense (PRP).

O PRP exerceu estável domínio sobre a vida política paranaense. Assim, não houve candidato situacionista derrotado pelos postulantes da oposição. Nos anos 1920, a força eleitoral desse partido é evidenciada no fato de que não teve competidores nos pleitos para o Congresso Estadual Legislativo. Os cargos do Poder Executivo também não eram ambicionados pela oposição. Naquele decênio, os oposicionistas lançaram apenas candidatos à Câmara dos Deputados, os quais não se elegeram pelo fato de que o PRP lançou chapas completas. Em síntese, a oposição paranaense não atingiu um grau de coesão necessário para constituir uma relevante base de apoio e participar de sucessivas disputas eleitorais.

⁴ Acerca das bases dessa metodologia, ver: CHARLE, 2006; STONE, 2011.

⁵ As informações empregadas neste artigo são provenientes de anais parlamentares, bem como de jornais de circulação nacional e regional. Essas fontes estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional (<https://memoria.bn.br>).

Em 1929, ao tempo da criação do diretório paranaense da AL, fazia dez anos que a oposição não apresentava candidatos ao Congresso Estadual.⁶ Nesse ano, os representantes da oposição voltaram a disputar vagas nessa instituição porque o PRP apresentou chapa incompleta, a qual continha vinte e seis postulantes. Por consequência, aos candidatos da minoria couberam as quatro vagas restantes (*A República*, 29 nov. 1929, p. 3). Durante a Primeira República, os oposicionistas paranaenses exerceram mandatos à Câmara dos Deputados e ao Congresso Estadual somente nas épocas em que os situacionistas apresentaram chapas incompletas. Porém, a cessão de vagas à oposição ocorria de maneira eventual. Quando a AL foi fundada, fazia catorze anos que o PRP não cedia à oposição uma das quatro cadeiras da bancada paranaense na Câmara dos Deputados (*A República*, 12 out. 1915, p. 1.). Em resumo, era pouco frequente a atuação dos oposicionistas nas instituições políticas.

Em um cenário no qual a oposição não representava uma ameaça aos candidatos governistas, as principais querelas da política paranaense surgiram no interior do grupo situacionista. Nos anos 1920, o PRP era dividido em dois grupos: os "afonsistas", aliados de Afonso Alves de Camargo, e os "munhozistas", correligionários de Caetano Munhoz da Rocha.⁷ As cizânias entre esses grupos não levaram ao aparecimento de uma dissidência. No entanto, os membros dessas alas competiam entre si pela indicação de candidaturas ao Governo estadual e ao Congresso Nacional (*O Dia*, 12 out. 1926, p. 2). Nessa época, portanto, o PRP exerceu o domínio absoluto sobre os órgãos legislativos e da administração pública.

Por outro lado, as principais semelhanças entre partidos da oposição paranaense dizem respeito ao seu comportamento nas eleições e aos fatores de sua dissolução. Criado em 1919, o PA era presidido pelo advogado e ex-senador Manuel de Alencar Guimarães (1865-1940). Esse bacharel era proveniente de uma parentela que, desde a época do Segundo Reinado, exercia funções centrais na administração pública e na vida partidária estadual. Durante as primeiras três décadas republicanas, Alencar Guimarães pertenceu ao campo situacionista. Em 1914, ele abriu uma dissidência no partido oficial e se tornou o principal nome da oposição do Paraná.⁸ Essa informação denota que, nesse estado, o grupo de adversários dos governistas não foi marcado pela ascensão de personagens desprovidos de vínculos sociais com a elite política regional.⁹

Todavia, o grupo político que Alencar Guimarães comandou de meados dos anos 1910 ao início dos anos 1920 era eleitoralmente fraco. O PA jamais elegeu um candidato. Um dos

⁶ Em 1919, o Partido Autonomista lançou vinte candidatos a deputado estadual. Todos foram derrotados pelos postulantes da chapa do PRP (*A República*, Curitiba, 21 nov. 1919, p. 1).

⁷ Ao tempo da fundação da AL paranaense, o advogado Afonso Alves de Camargo (1873-1959) exercia mandato de governador. O médico Caetano Munhoz da Rocha (1879-1944) ocupava o cargo de senador. O antagonismo entre os afonsistas e munhozistas surgiu no início dos anos 1920, época em que Camargo era senador e Munhoz da Rocha desempenhava o posto de governador.

⁸ Concernente aos fatores e implicações do surgimento dessa dissidência, ver: Goullart (2014).

⁹ A parentela de Manuel de Alencar Guimarães comandou o Partido Conservador no Paraná. Nessa província, os próceres da agremiação estavam conectados por antigas relações familiares. Respeitante às origens dessas relações, ver: Oliveira (2001). Em verdade, nos anos finais da Primeira República os membros de parentelas politicamente ativas desde a época do Segundo Reinado ainda estavam envolvidos na cena partidária paranaense (Cf.: GRANATO, 2019).

indicadores da limitada força eleitoral dessa agremiação consiste no fato de que ela nunca apresentou uma chapa completa de candidatos em eleições parlamentares.¹⁰ Esse comportamento era peculiar aos partidos minoritários da Primeira República.¹¹ O PA foi extinto em 1921, após a derrota de Alencar Guimarães em um pleito para o cargo de deputado federal (*Gazeta de Notícias*, 2 mar. 1921, p. 3).

A dissolução desse partido ocasionou o distanciamento político entre os ex-integrantes. Ou seja, nos anos 1920 os membros da oposição paranaense não permaneceram unidos por longo tempo. Foi pouco duradoura a disposição de manterem uma agremiação em funcionamento para combater o partido majoritário. Para fundamentar essa afirmação, convém salientar que em novembro de 1923 houve a instauração de uma nova agremiação oposicionista no estado, o PRL. Esse partido não contou com expressivo apoio dos remanescentes do grupo político chefiado por Alencar Guimarães. Por consequência, as atividades do PRL logo se encerraram. A duração desse partido abrangeu os meses de novembro de 1923 a fevereiro de 1924. A derrota do seu candidato em uma disputa para a Câmara dos Deputados motivou a extinção do partido (*O Dia*, 16 fev. 1924, p. 4.).

Analogamente ao PA, o PRL também não lançou chapa completa na disputa por vagas de deputado federal. Assim, a troca de comando no grupo oposicionista do Paraná não provocou uma mudança nas formas de ação eleitoral dos adversários do governismo. Esses adversários participavam dos pleitos eleitorais cientes dos limites de sua base de apoiadores. Conforme evidenciado neste artigo, o surgimento da AL na cena política paranaense foi caracterizado pelo abandono da prática de lançar candidatura única em eleições parlamentares.

Uma semelhança entre os partidos de oposição que surgiram no Paraná dos anos 1920 reside do fato de que atuaram como comitês eleitorais. Essas agremiações funcionavam durante uma campanha eleitoral. A derrota de seus candidatos ocasionava a dissolução desses partidos. A esse respeito, atente-se ao caso do Partido Democrático Paranaense. Essa agremiação foi fundada em dezembro de 1926. Ela participou do pleito para a Câmara dos Deputados ocorrido em fevereiro do ano seguinte. Nessa disputa, lançou apenas um postulante, o qual foi suplantado pelos candidatos situacionistas. As atividades desse partido não se estenderam para além do primeiro semestre de 1927 (*O Dia*, 26 abr. 1927, p. 1).

Em resumo, o PA, o PRL e o PDP não atingiram um grau de organização interna suficiente para disputar sucessivas eleições. A experiência de uma derrota eleitoral provocava irreversível desmobilização dos correligionários. Essas agremiações também foram marcadas pela baixa competitividade. A análise dos resultados das eleições para deputado federal ocorridas de 1921 a 1927 evidencia que era pouco estável a composição da base eleitoral da oposição paranaense

¹⁰ Em 1919, por exemplo, o PA lançou vinte candidatos ao cargo de deputado estadual do Paraná. Havia trinta vagas em disputa. Todos os candidatos do partido foram suplantados pelos postulantes governistas (*A República*, 21 nov. 1919, p. 3).

¹¹ Para o conhecimento das estratégias eleitorais comumente adotadas pelas oposições estaduais no contexto da Primeira República, ver: Figueiredo (2017).

Nesse âmbito, cumpre fundamentar a segunda constatação da presente seção. Na década de 1920, houve oscilações no contingente de apoiadores da oposição estadual. Os anos finais desse decênio representam a época da elevação da força eleitoral dos adversários do governismo. A criação do PDP consistiu na primeira etapa do aumento da base eleitoral da oposição paranaense. Atente-se, pois, às informações do quadro a seguir.

Quadro 1 – Desempenho dos partidos de situação e de oposição do Paraná em eleições para a Câmara dos Deputados (1921-1927).

Partido	Posição	Candidatos apresentados	Candidatos eleitos	Votos do partido	Percentual (%)
1921					
Partido Republicano Paranaense	Situação	4	4	42.621	94
Partido Autonomista	Oposição	1	0	2.700	6
1924					
Partido Republicano Paranaense	Situação	4	4	40.827	99,7
Partido Republicano Liberal	Oposição	1	0	135	0,3
1927					
Partido Republicano Paranaense	Situação	4	4	41.942	84,7
Partido Democrático Paranaense	Oposição	1	0	6.517	13,2
Avulsos	Oposição	2	0	1.061	2,1

Fonte: *Anais da Câmara dos Deputados, 1921-1927.*

Conforme salientado **Quadro 1**, o período que abrange a extinção do PA e o aparecimento do PRL foi distinguido por acentuada queda da competitividade da oposição paranaense em pleitos para a Câmara dos Deputados. Em apenas três anos, a base de apoiadores dos contendores do governismo tornou-se irrisória. O PRL teve um desempenho muito inferior em relação obtido pelo PA. Os candidatos apresentados por ambos os partidos não conseguiram contrabalançar o predomínio do PRP na vida eleitoral do estado.

No contexto da Primeira República, a última eleição de um opositor paranaense para o cargo de deputado federal ocorreu no ano de 1915. A conquista desse mandato foi derivada da apresentação de chapa incompleta pelo PRP (*Anais da Câmara dos Deputados, 1916, v. 2, p. 786.*). Portanto, o Paraná pertenceu ao rol dos estados cujos grupos opositoristas conseguiam acesso eventual às instituições do Poder Legislativo em virtude do não preenchimento de uma chapa pelos seus adversários.¹²

Cumpre também ressaltar que nos pleitos de 1921 e 1923 os candidatos do PA e do PRL foram os únicos representantes do campo opositorista. Ou seja, no Paraná, no início dos anos

¹² Nos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, por exemplo, também ocorria a formação de chapas incompletas pelos governistas. Essa formação era um acontecimento eventual. Dessa forma, os opositoristas de diferentes regiões do Brasil dependiam de uma concessão dos seus contendores para conseguirem mandatos (Cf.: PINTO, 1998; RIBEIRO, 2019, p. 104).

1920, não havia a coexistência de agremiações rivais no interior desse campo. Entretanto, o aparecimento de candidaturas avulsas era um indicador da falta de unidade entre os contendentes PRP.¹³

Convém, pois, sustentar a terceira constatação desta seção. Trata-se de ressaltar que os últimos anos da década de 1920 foram marcados por mudanças na vida política paranaense. Uma mudança consistiu no aumento da competitividade eleitoral da oposição. O **Quadro 1** evidencia que, de 1924 a 1927, a oposição se fortaleceu. Nesse ínterim, ela conseguiu aumentar o seu eleitorado. De fato, nesse contexto perduravam antigos problemas no campo oposicionista. Um problema era a falta de unidade entre os antagonistas do governismo. O candidato a deputado federal apresentado pelo PDP não contou com o respaldo integral desses antagonistas. No referido quadro, nota-se que na eleição parlamentar de 1927 surgiram duas candidaturas independentes no Paraná.

Conforme ressaltado, a duração do PDP não atingiu um ano. Essa duração foi inferior à do Partido Democrático que existiu no Estado de São Paulo.¹⁴ Portanto, nos anos finais da Primeira República permaneciam pouco sólidas as alianças entre os oposicionistas paranaenses envolvidos em projetos de fundação de partidos políticos.

Convém, por consequência, destacar a segunda mudança ocorrida na vida política paranaense do fim dos anos 1920. Essa mudança consistiu no envolvimento dos oposicionistas em coligações nacionais destinadas a combater o predomínio de partidos situacionistas.¹⁵ Desse modo, na referida época os oponentes do PRP cultivaram vínculos com chefes políticos de distintos estados. A primeira unidade Partido Democrático, por exemplo, surgiu no Estado de São Paulo em fevereiro de 1926. Esse partido defendia a implantação do voto secreto e a reforma do Poder Judiciário.¹⁶ Ele também denunciava os vícios do sistema político em vigor. As fraudes eleitorais eram encaradas pelos integrantes do partido como uma manifestação desses vícios. O surgimento de unidades do Partido Democrático em diferentes regiões do país evidencia a disposição de grupos de oposição para se articularem com a finalidade de

¹³ No Paraná, nos anos 1910, a mais longeva agremiação oposicionista foi o Partido Republicano Conservador (1915-1918). Às vésperas de sua extinção, o PRC não possuía o apoio integral dos adversários do PRP. Por consequência, a fundação de um novo partido oposicionista não impediu o surgimento uma candidatura avulsa na eleição para deputado federal ocorrida em 1918. A despeito de ter sido derrotado pelos situacionistas, o postulante do PRC teve um desempenho superior ao do candidato independente (*Anais da Câmara dos Deputados*, 1919, v. 1, p. 85-86).

¹⁴ A duração do PDP paulista estendeu-se entre os anos de 1926 a 1934 (Cf.: PRADO, 1986).

¹⁵ De fato, no início dos anos 1920 existiu uma coligação entre elites políticas de estados do Nordeste e Sudeste com a finalidade de combater o domínio de Minas Gerais e São Paulo na indicação de candidaturas governistas à Presidência da República. Essa coligação surgiu em 1921 e era denominada de Reação Republicana. O seu principal objetivo era sustentar a candidatura oposicionista de Nilo Peçanha à Presidência, em 1922. Essa coligação se desfez após a eleição. Os membros da Reação não estavam comprometidos com propostas como a do voto secreto (Cf.: FERREIRA, 1993).

¹⁶ Respeitante às propostas dos partidos criados no decorrer dos anos 1920, ver: Chacon (1985).

sustentar um coeso repertório de propostas.¹⁷ Nesse contexto, portanto, a oposição paranaense se dedicou à defesa de um preciso ideário programático.¹⁸

No Paraná, existiram membros do extinto PDP que participaram da fundação do diretório regional da AL. Essa agremiação, por seu turno, também se caracterizou pela crítica aos descaminhos do sistema político. Analogamente ao caso do PDP, a defesa do voto secreto era um elemento central do programa da AL (FORJAZ, 2015; *Diário Carioca*, 31 jul. 1929, p. 1). Dessa maneira, as últimas candidaturas à Câmara dos Deputados lançadas pelos opositoristas do Paraná ocorreram em um contexto caracterizado pela convergência de propostas entre as agremiações minoritárias de diferentes estados.

A Aliança Liberal no Paraná: perfis políticos e sociais de seus dirigentes

As primeiras movimentações políticas destinadas à implantação de uma unidade da AL no Paraná datam de julho de 1929. Nessa ocasião, o coronel Ottoni Ferreira Maciel (1870-1944) aderiu à candidatura presidencial de Getúlio Vargas. Em seguida, iniciou uma aproximação com o então deputado federal João Neves da Fontoura (1887-1963), do Rio Grande do Sul (*Diário Carioca*, 31 jul. 1929, p. 1). Esse parlamentar era um dos membros da Comissão Executiva do diretório nacional da AL.¹⁹

O processo de aproximação dos opositoristas paranaenses com os fundadores da AL foi iniciado por um indivíduo (Ottoni Maciel) que estava ativo na vida partidária do Paraná desde o início da Primeira República. Em verdade, desde a época do Segundo Reinado a parentela Maciel estava integrada à cena política regional. O principal reduto eleitoral dessa família era o município de Palmeira, localizado no segundo planalto do estado.²⁰ Entre as décadas de 1890 e 1910, Maciel exerceu mandatos de deputado estadual e deputado federal. Ele se desligou da agremiação dominante em 1919, época em que a ala do partido à qual pertencia não conseguiu indicar o candidato a governador (MACIEL, 1925). Em última instância, esse coronel era membro de uma oligarquia regional. A participação em uma dissidência no partido situacionista provocou o seu afastamento das instituições políticas. Nos anos 1920, ele não desenvolveu marcante atividade eleitoral.²¹ Assim, a criação da AL foi uma oportunidade para Maciel recuperar uma posição de protagonismo no quadro político regional.

¹⁷ De 1926 a 1927, surgiram agremiações denominadas de "Partido Democrático" nos estados do Ceará, Maranhão, Distrito Federal, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina (Cf.: FORJAZ, 2015).

¹⁸ Para a análise do contexto de fundação do PDP, bem como para o conhecimento do *Manifesto* apresentado por esse partido, ver: Granato (2021, p. 142-152).

¹⁹ Acerca da gênese da AL e das articulações que levaram ao lançamento da candidatura de Getúlio Vargas, ver: Fontoura (1963).

²⁰ A esse respeito, cumpre salientar que o pai de Ottoni Maciel era o coronel Pedro Ferreira Maciel (1832-1898), que exerceu a ocupação de agropecuarista. Ele foi membro do Partido Liberal, bem como exerceu mandato à Assembleia Legislativa do Paraná de 1888 a 1889. Acerca da origem da atividade política dessa família, ver: Alves (2014), Oliveira (2001).

²¹ Em 1920, apenas um ano após deixar o grupo situacionista, Ottoni Maciel experimentou a redução de sua influência na vida eleitoral de Palmeira. No pleito municipal ocorrido naquele ano, esse coronel não

A aproximação desse coronel com os fundadores da AL ocasionou a formação, em Curitiba, a capital paranaense, do Comitê Pró-Aliança Liberal do Paraná. Esse órgão era o diretório regional da AL, o qual tinha por finalidade promover as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa aos cargos de presidente e vice-presidente da República, respectivamente. O surgimento desse comitê foi sucedido pela conquista de adesões em municípios distantes da capital. Em agosto de 1929, por exemplo, foi instalado um diretório da AL na cidade portuária de Paranaguá (*Diário Carioca*, 25 ago. 1929, p. 3). Nesse período, ocorreu a implantação de comitês da agremiação em distintas localidades do interior (*Ibidem*, 4 set. 1929, p. 3.)

Em síntese, ao longo do segundo semestre de 1929 os chefes paranaenses da AL deflagraram o projeto de formação da base eleitoral do partido. Convém, assim, investigar as origens da atividade política desses líderes. Essa análise permite evidenciar a natureza dos seus movimentos desses na cena partidária nos anos anteriores à formação da AL. Para tanto, é necessário considerar as informações expostas no quadro a seguir.

Quadro 2 – Origens das carreiras políticas e profissionais dos membros do Comitê Pró-Aliança Liberal no Paraná (1889-1929).

Nome	Cargo no Comitê	Profissão	Posição	Nomeações	Mandatos Legislativo	Mandatos Executivo
Joaquim Pereira de Macedo	Presidente	Empresário	Situação/Oposição	2	3	2
Benjamin Batista Lins de Albuquerque	Vice-presidente	Advogado	Situação/Oposição	2	0	0
Antônio Jorge Machado Lima	Secretário	Servidor público federal	Situação/Oposição	2	0	0
Francisco Xavier Teixeira de Carvalho	Secretário	Advogado	Situação/Oposição	4	0	0
João Maria Marques	Tesoureiro	Agropecuarista	Sem filiação	0	0	0
Otoni Ferreira Maciel	Delegado do Comitê paranaense na Com. Nac. da AL	Agropecuarista	Situação/Oposição	1	6	2
Abeylard de Queiroz	Membro efetivo	Militar	Sem filiação	0	0	0
Ángelo Guarinello	Membro efetivo	Advogado	Situação	1	0	0
Artur Bardon	Membro efetivo	Empresário	Sem filiação	0	0	0
Carlos Farias de Macedo	Membro efetivo	Empresário	Sem filiação	0	0	0
Durval Ferreira	Membro efetivo	Servidor público estadual	Sem filiação	0	0	0

conseguiu manter seus antigos correligionários unidos para combater o partido dominante (*A República*, 16 jul. 1920, p. 1).

Nome	Cargo no Comitê	Profissão	Posição	Nomeações	Mandatos Legislativo	Mandatos Executivo
Emílio Müller Neiva de Lima	Membro efetivo	Engenheiro Civil	Sem filiação	0	0	0
Fidelis Manuel Reginato	Membro efetivo	Empresário	Sem filiação	0	0	0

Fontes: *A Federação*, 1889-1929; *A República*, 1889-1929; *Diário Carioca*, 1889-1929; *Diário da Tarde*, 1889-1929; *Diário do Comércio*, 1889-1929; *O Dia*, 1889-1929; *O Estado*, 1889-1929.

As informações presentes no **Quadro 2** possibilitam a fundamentação de três constatações. Primeiro, cumpre destacar que, no Paraná, a AL era comandada majoritariamente por profissionais autônomos. Era pouco significativo o contingente de funcionários públicos na cúpula do partido. Era inexpressivo o número de militares no diretório regional dessa agremiação. O apoio de militares paranaenses às pretensões políticas de Getúlio Vargas se tornou mais ostensivo nos meses seguintes ao fim da campanha presidencial. Nesse contexto, o major Plínio Alves Monteiro Tourinho (1882-1950) teve papel central na conquista do apoio de militares e políticos paranaenses ao movimento que resultou na deposição do presidente Washington Luís (FRANCO, 2010, p. 141).

O estudo do **Quadro 2** permite reconhecer que a implantação de uma unidade da AL no Paraná foi conduzida por políticos veteranos. Ou seja, foram indivíduos dotados de longa experiência nas lides partidárias que ocuparam posições centrais na administração do comitê estadual da AL. Esse quadro também demonstra que a presença dos veteranos no campo da situação foi marcada pelo envolvimento nos esquemas de preenchimentos de cargos públicos. Para uma parcela dos dirigentes da AL, o principal efeito do vínculo com o partido situacionista que existiu no Paraná da Primeira República consistiu no exercício de funções temporárias na administração estadual.

A instauração do referido comitê não consistiu em uma oportunidade para a emergência de novos personagens no campo da oposição. A AL era localmente governada por indivíduos que tiveram passagens pelos núcleos dirigentes de agremiações da situação e da oposição. Em síntese, uma ala de filiados da AL possuía extenso treinamento na organização de campanhas eleitorais e na formação de diretórios partidários. Nesse âmbito, cabe mencionar que Ottoni Maciel foi membro do diretório central do PRP nos anos 1910 (*A República*, 15 jun. 1915, p. 1.). Nesse decênio, Joaquim Pereira de Macedo (1858-1949) foi um dos próceres do diretório paranaense do Partido Republicano Conservador, uma agremiação nacional que atuava localmente no campo da oposição (*Ibidem*, 9 nov. 1915, p. 1).

Por meio da análise do **Quadro 2**, verifica-se que aos novatos foram destinados os postos menos decisivos no Comitê Central da AL paranaense. No entanto, existem indícios que os novatos radicados em pequenas cidades tiveram destacada participação nas unidades municipais do partido. O diretório da AL na cidade de Paranaguá, por exemplo, era composto exclusivamente por novatos na vida política (*Diário Carioca*, 25 ago. 1929, p. 3). Em 1929, apenas um dos membros da AL paranaense disputou uma eleição. Nesse ano, Genaro Régis

tentou, sem sucesso, uma vaga de deputado estadual (*A República*, 29 nov. 1929, p. 3). Ele era um dos integrantes do diretório que o novo partido instalara em Paranaguá. Nesse pleito, contudo, Régis não teve o apoio formal de sua agremiação. Esse episódio evidencia que a AL não respaldou as pretensões eleitorais dos correligionários não pertencentes à cúpula do partido.

Cumprido, pois, sustentar a segunda constatação desta seção. A aproximação entre os gestores da AL ocorreu somente em fins dos anos 1920. Eles não se envolveram nas iniciativas de criação de partidos de oposição ocorridas no Paraná no início da década. Nessa época, uma parcela dos expoentes da AL paranaense desenvolveu uma atividade política pouco expressiva. Ao mesmo tempo, a criação desse partido levou ao restabelecimento dos vínculos entre indivíduos que pertenceram ao grupo situacionista. O advogado Ângelo Guarinello (1876-1962) e o coronel Ottoni Maciel fizeram parte desse grupo. No princípio dos anos 1900, eles conviveram na cidade de Palmeira (*A República*, 13 out. 1904, p. 1). Nesse contexto, Guarinello estava envolvido nos esquemas de nomeações controlados pelo partido dominante. Maciel, por sua vez, era a principal liderança governista daquele município (*A República*, 28 maio 1906, p. 2).²²

De outra parte, trata-se de salientar que os chefes da AL paranaense eram inclinados a absorver indivíduos originários de outros estados. Um dos componentes do diretório regional da AL era o advogado Gaspar Saldanha Santana (1888-1962),²³ natural do Rio Grande do Sul. Nas décadas de 1910 e 1920, ele pertenceu ao Partido Federalista (PF) e desempenhou mandatos à Assembleia Legislativa de seu estado natal. O seu envolvimento na cena política do Paraná foi limitado aos anos de 1929 a 1930. Outro integrante do PF que cultivou relações políticas com os chefes da AL nesse estado foi o advogado e ex-deputado federal Artur Caetano. A sua participação no diretório local da agremiação ocorreu no contexto escolha dos candidatos ao Congresso Nacional, em janeiro de 1930 (*Diário da Tarde*, 30 jan. 1930, p. 4).

Desse modo, nota-se que as atividades eleitorais da AL paranaense contaram com o apoio de adventícios dotados de longa vivência nas lides partidárias. Essas informações evidenciam que os anos finais da Primeira República foram caracterizados pela ampliação das conexões políticas dos líderes da oposição estadual. O estabelecimento dessas conexões permitiu que a AL recrutasse indivíduos familiarizados com a tarefa de combater um partido dominante.

²² Em 1904, por meio de nomeação do Governo estadual, Ângelo Guarinello foi investido no posto de juiz municipal do termo de São João do Triunfo, o qual pertencia à Comarca de Palmeira (*A República*, 9 jan. 1904, p. 2).

²³ O Partido Federalista se opunha ao Partido Republicano Rio-Grandense, de orientação governista. Durante a Primeira República, portanto, Gaspar Saldanha atuou permanentemente como um adversário do situacionismo. No início dos anos 1930, após breve passagem pelo Paraná, esse bacharel voltou ao seu estado de origem. Nesse contexto, pertenceu ao Partido Republicano Liberal, uma agremiação governista. A participação na convenção da AL do Paraná, em 1930, foi o principal momento da atuação de Saldanha na cena política desse estado (PILOTO, 1982, p. 182).

A fundação do PDP conferiu maior projeção política a uma parcela dos oposicionistas do estado. Uma parte dos fundadores desse partido se integrou ao núcleo dirigente AL.²⁴ De todo modo, nota-se que as conexões entre os gestores dessa agremiação não eram antigas. A união entre os mentores da AL paranaense foi apenas circunstancial.

Nesse âmbito, cumpre fundamentar a terceira constatação da presente seção. O aparecimento da AL paranaense não foi acompanhado pela extinção de antigas rivalidades entre membros históricos do campo oposicionista. Similarmente ao ocorrido com as agremiações minoritárias que atuaram no Paraná ao tempo da Primeira República, a seção estadual da AL vivenciou a rápida desagregação dos seus correligionários. As disputas pelo comando da Mesa Diretoria do partido e pelo controle da indicação de candidaturas levaram ao surgimento dessas cizânias.

Assim, em fins de 1929 o comitê regional da AL já se encontrava cindido. Essa cisão opunha os aliados e adversários de Ottoni Maciel. Uma parcela dos filiados era contrária à interferência desse coronel no diretório regional. Por consequência, eles se mobilizaram para conter essa interferência. As divergências entre os correligionários do partido ainda perduravam em janeiro de 1930, no contexto da convenção que homologou as candidaturas da agremiação ao Congresso Nacional. Há evidências de que os adversários de Maciel faziam parte do grupo de novatos da AL.²⁵

Maciel não exerceu uma função no diretório regional da agremiação. A principal tarefa que desempenhou nesse período foi a de representante na AL paranaense na Comissão Nacional do partido (*O Dia*, 4 jan. 1930, p. 1). Desse modo, o surgimento da AL não propiciou por longo tempo a elevação do grau de unidade entre os membros do campo oposicionista. Essa agremiação não contou com a presença de uma parcela dos indivíduos que pertenceram a esse campo.²⁶

Por intermédio da análise da participação da AL, em uma disputa para a Câmara dos Deputados, cumpre evidenciar que a mencionada cisão não inviabilizou a conquista de novas adesões para o partido. Assim, trata-se de salientar que no Paraná, no final dos anos 1920, ocorreu o aumento do eleitorado oposicionista. Ao mesmo tempo, o referido dissídio não impossibilitou a agremiação de desenvolver uma ação eleitoral distinta daquela realizada pelos demais partidos de oposição que atuaram naquele estado. O abandono da candidatura única para a Câmara demarca uma diferença entre a AL e as antigas agremiações da oposição paranaense.

²⁴ Antônio Machado Lima, Benjamin Lins e Francisco Teixeira foram líderes do PDP. Posteriormente, eles geriram a seção local da AL (*O Dia*, 21 dez. 1929, p. 1).

²⁵ Dentre esses novatos, estavam Walter Gastão Buttel e Joaquim Lobo. O primeiro pertencia ao diretório estadual da AL. O segundo residia na cidade de Paranaguá. (*Diário da Tarde*, 30 jan. 1930, p. 4).

²⁶ Houve membros históricos da oposição paranaense que apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas, mas não foram absorvidos pelo grupo que estruturou localmente a AL. Dentre esses oposicionistas, estava o ex-deputado federal João de Meneses Dória (1857-1934). (*Diário Carioca*, 10 ago. 1929, p. 1).

O desempenho da AL paranaense nas eleições parlamentares de 1930

Em outubro de 1929, época em que a AL do Paraná já estava em atividade, houve uma eleição para as trinta vagas do Congresso Legislativo Estadual. Porém, essa agremiação optou por não lançar candidaturas. A abstenção nesse pleito foi encarada por um setor da imprensa como indício da limitada força eleitoral do partido recém-constituído (*O Dia*, 26 out. 1929, p. 1). Mais precisamente, essa abstenção foi vista como um prenúncio de que a AL adotaria um comportamento análogo ao das agremiações que atuaram no campo oposicionista do estado. Um dos aspectos desse comportamento era a não apresentação de chapas em eleições para deputado estadual.

Conforme ressaltado, em 1929, completou-se dez anos que a oposição não apresentava candidaturas ao Congresso Estadual. Nesse ano, os candidatos de oposição ao Congresso Estadual não possuíam o apoio de um partido. A falta de integração entre os oposicionistas motivou a o aparecimento de uma profusão de candidatos independentes.²⁷ Em resumo, os primeiros momentos da participação da AL na vida política do Paraná não representaram uma ameaça ao predomínio do PRP no jogo eleitoral. O surgimento dessa agremiação não foi acompanhado pela unificação dos oposicionistas. Ao contrário, uma parcela dos adversários do governismo preferia não se envolver na criação de partidos.

No Paraná, a AL apresentou um candidato ao Senado e uma chapa para a Câmara dos Deputados. Ambos os pleitos ocorreram no dia 1º de março de 1930. O postulante da AL ao cargo de senador era o magistrado Octávio Ferreira do Amaral e Silva. Ele foi derrotado pelo ex-governador Carlos Cavalcanti, que recebeu o apoio do PRP. O vencedor obteve 43.855 votos (80,2%). O candidato oposicionista angariou 10.820 sufrágios (19,8%) (*O Dia*, 10 abr. 1930, p. 1). De todo modo, o desempenho do postulante da AL foi superior ao do oposicionista Generoso Marques no pleito ocorrido em 1927. Nesse ano, Marques obteve 945 votos (6%) no pleito pela vaga de senador (*Ibidem*, 30 mar. 1927, p. 1). O comparativo entre esses resultados de disputas para o Senado indica que nos anos finais da Primeira República houve crescimento do número de eleitores da oposição estadual.

De sua parte, a chapa da AL para a Câmara continha três postulantes. Havia quatro vagas em disputa. Para o conhecimento do desempenho dessa agremiação em nesse pleito, cumpre analisar as informações do quadro a seguir.

Quadro 3 – Resultado da eleição para as vagas de deputado federal pelo Estado do Paraná (1930).

Nome	Profissão	Partido	Posição	Votos	Percentual (%)	Resultado
Lindolfo Pessoa	Advogado	Partido Republicano Paranaense	Situação	33.509	20,4	Eleito

²⁷ Nessa disputa, houve catorze indivíduos sem filiação partidária que receberam votos (*A República*, 29 nov. 1929, p. 3).

Nome	Profissão	Partido	Posição	Votos	Percentual (%)	Resultado
João Moreira Garcez	Engenheiro Civil	Partido Republicano Paranaense	Situação	32.996	20	Eleito
Plínio Marques	Médico	Partido Republicano Paranaense	Situação	32.154	19,5	Eleito
Artur Martins Franco	Engenheiro Civil	Partido Republicano Paranaense	Situação	31.899	19,4	Eleito
Roberto Glasser	Agropecuarista	Aliança Liberal	Oposição	9.993	6,1	Não eleito
Antônio Jorge Machado Lima	Servidor público federal	Aliança Liberal	Oposição	9.060	5,5	Não eleito
Benjamin Batista Lins de Albuquerque	Advogado	Aliança Liberal	Oposição	8.904	5,4	Não eleito
Gastão Chaves	Engenheiro electricista	Federação Operária do Paraná	Oposição	3.490	2,1	Não eleito
Francisco José Guérios	Médico	Sem partido	Oposição	2.689	1,6	Não eleito
Otoni Ferreira Maciel	Agropecuarista	Aliança Liberal	Oposição	64	0	Não eleito
Octávio Ferreira do Amaral e Silva	Magistrado	Aliança Liberal	Oposição	8	0	Não eleito
Genaro Régis Pereira da Costa	Advogado provisionado	Aliança Liberal	Oposição	6	0	Não eleito

Fonte: *O Dia*, 10 abr. 1930, p. 1.

As informações contidas no **Quadro 3** permitem a sustentação de três afirmações. Primeiro, cabe destacar que a AL pleiteou a maior parte das vagas em disputa para deputado federal. A apresentação de três candidaturas demarca uma diferença desse partido em relação à maioria das agremiações oposicionistas do Paraná. No contexto da Primeira República, os partidos minoritários costumavam apresentar apenas um postulante à Câmara dos Deputados. Ao não preencherem uma chapa, os pequenos eles objetivavam evitar a dispersão de votos em candidatos eleitoralmente pouco competitivos.²⁸

Em 1930, fazia trinta e um anos que não havia o lançamento de três candidaturas a deputado federal por um partido de oposição do Paraná.²⁹ Portanto, a AL executou um projeto eleitoral mais ambicioso em comparação ao dos partidos minoritários criados nesse estado a partir dos anos 1890. Contrariamente a essas antigas agremiações, o objetivo do novo partido era amealhar a maior parte das vagas da bancada paranaense na Câmara dos Deputados.

Segundo, compete destacar que a AL era mais competitiva do que as agremiações oposicionistas que participaram de eleições no Paraná nos anos 1920. Ao mesmo tempo, convém salientar que votação desse partido foi superior à conquistada pela maioria das

²⁸ Essa opção também era adotada por agremiações minoritárias que existiram em estados como Minas Gerais e Rio Grande do Sul (Cf.: FIGUEIREDO, 2017; RIBEIRO, 2019).

²⁹ A agremiação que lançou três candidaturas a deputado federal pelo Paraná em 1899 era o Partido Republicano. Porém, os seus candidatos foram derrotados pelos situacionistas (*Anais da Câmara dos Deputados*, 1900, v. 1, p. 102).

agregações minoritárias que disputaram eleições contra as chapas completas que o PRP apresentou nas eleições para a Câmara entre as décadas de 1890 e 1920.³⁰ A votação da AL evidenciou o crescimento da força política dos rivais do situacionismo. Foi apenas nos últimos anos da Primeira República que a oposição paranaense atingiu um nível de coesão suficiente para deflagrar um projeto de reorientação de sua atividade eleitoral. Dessa forma, o desempenho da AL foi mais expressivo do que o obtido pelos partidos presididos por Alencar Guimarães e pelos demais egressos do situacionismo que se dedicaram a enfrentar a agremiação majoritária.³¹

Em 1927, o desempenho eleitoral do PDP evidenciou que o campo oposicionista conquistou relevantes adesões. Mais precisamente, esse desempenho consistiu em uma reversão das baixas votações obtidas pela oposição no começo da década. O surgimento da AL ocorreu em uma época em que os oposicionistas continuavam a angariar novos apoios. Por consequência, esse partido teve um percentual de votos superior ao do PDP. O **Quadro 2** mostra que a chapa apresentada pela AL angariou 17% dos votos em 1930. No pleito de 1927, o PDP conseguiu 13,2% dos sufrágios.

Trata-se, por fim, de sustentar a terceira afirmação desta seção. O citado quadro evidencia que a AL não obteve a adesão integral dos contendores do governismo. Nesse contexto, surgiram distintas candidaturas no campo da oposição. O lançamento da candidatura independente do médico Francisco José Guérios a deputado federal denota que os eleitores da oposição não estavam unidos em torno da chapa da AL. Portanto, nos anos finais da Primeira República a vida política paranaense permanecia marcada pela existência de oposicionistas que não se envolviam em iniciativas destinadas à criação de partidos. Ao mesmo tempo, o **Quadro 2** salienta que os candidatos oficiais da AL não foram aceitos de forma irrestrita pelos correligionários do partido. Houve três membros dessa agremiação que, apesar de não terem se apresentado como candidatos, obtiveram um pequeno número de votos.

Convém ressaltar que a AL não teve o apoio da principal associação de trabalhadores paranaenses, a Federação Operária do Paraná (FOP). Em 1930, essa entidade participou do pleito para a Câmara dos Deputados. Nessa oportunidade, a FOP comportou-se como uma típica agremiação minoritária, visto que lançou somente um postulante. Nesse período, a AL

³⁰ No Paraná, no contexto da Primeira República, o Partido Republicano (PR) foi a agremiação oposicionista que obteve os maiores percentuais de votos em eleições para a Câmara dos Deputados. Em 1906, o PR lançou duas candidaturas a deputado federal e angariou 16.630 sufrágios. Essa votação correspondeu a 38,8% do total de sufrágios. Nessa ocasião, o PR conseguiu eleger um postulante porque a agremiação situacionista apresentou uma chapa contendo apenas três candidatos (*Anais da Câmara dos Deputados*, 1906, v. 1, p. 115). O PR também foi a agremiação que teve maior percentual de votos ao concorrer contra uma chapa completa de governistas. Em 1899, essa agremiação apresentou três candidatos a deputado federal, os quais atingiram, juntos, 17.393 votos. Essa votação representou 38,75% do total de sufrágios. Os postulantes oposicionistas, contudo, não se elegeram (*Ibidem*, 1900, v. 1, p. 102).

³¹ Gerido por Alencar Guimarães, o Partido Republicano Conservador do Paraná angariou 3.575 votos (12,7%) no pleito para deputado federal ocorrido em 1918. A agremiação, porém, não conseguiu eleger seu candidato (*Anais da Câmara dos Deputados*, 1919, v. 1, p. 85-86). Conforme salientado, em 1921 a candidatura de Alencar Guimarães a deputado federal obteve apenas 6% do total de votos. Assim, o término da liderança desse bacharel sobre partidos minoritários foi marcado pela redução da base de apoiadores da oposição.

paranaense não possuía consistente apoio de líderes de associações de classe. Porém, no decorrer do ano de 1930 alguns desses líderes foram absorvidos pelo grupo político dos fundadores da AL. O término da eleição não representou o fim do recrutamento de correligionários a esse grupo. Em suma, houve lideranças operárias do Paraná que apoiaram o movimento político-militar que ocasionou a deposição do presidente Washington Luís.³²

Compete, por conseguinte, investigar os destinos políticos dos próceres da AL paranaense nos anos seguintes à Revolução de 1930. Nesse âmbito, cabe dedicar atenção às oportunidades que eles angariaram em virtude da adesão ao grupo situacionista que se formou no Paraná no contexto do Governo Provisório.

Os próceres da AL no contexto da vida política paranaense dos anos 1930

A análise dos destinos políticos dos fundadores da AL paranaense exige a apresentação de um panorama do quadro partidário que vigorou no Paraná na década de 1930. Para tanto, cumpre sustentar duas afirmações. Primeiro, convém destacar que, no período correspondente aos anos de 1931 a 1937, a vida partidária estadual foi marcada pelo predomínio de três agremiações: Partido Social Democrático (PSD), de orientação governista; Partido Republicano Paranaense (PRP), de oposição; e Partido Social Nacionalista (PSN), que congregava opositores provenientes do campo da situação. Essas agremiações foram as únicas a eleger candidatos para os cargos de deputado estadual e deputado federal.

O PSD reuniu os aliados dos interventores federais nomeados por Getúlio Vargas para governar o Paraná. O PRP, por sua vez, era constituído por veteranos destituídos de seus cargos públicos em virtude da Revolução de 1930. Os membros dessa agremiação permaneceram na oposição até a época da dissolução dos partidos, em 1937. Em seguida, alguns desses membros envolveram-se nos esquemas de preenchimento de cargos públicos. Ou seja, uma parcela dos correligionários do PRP foi cooptada pelo grupo governista.³³

O PSN, por fim, era gerido por egressos da AL.³⁴ Esses egressos abriram dissidência na ordem governista em 1932. A substituição do general reformado Mário Alves Monteiro Tourinho (1871-1964) por Manuel Ribas (1873-1946) no cargo de interventor federal do

³² Um dos membros da FOP que apoiou a destituição de Washington Luís era o tipógrafo Elbe Lauro Pospissil (1893-1943) (*Diário da Tarde*, 8 out. 1930, p. 2). Outro integrante do movimento operário paranaense que conferiu seu apoio a essa deposição era o escritor Valfrido Piloto (1903-2006) (PILOTO, 1982).

³³ O ex-governador Caetano Munhoz da Rocha, que pertenceu à cúpula do PRP ao tempo da Primeira República, foi absorvido por esses esquemas. Ele atuou no Conselho Administrativo do Paraná de 1939 a 1940. Caio Machado (1885-1954), jornalista que se elegeu deputado estadual pelo PRP em 1929, também aderiu ao grupo situacionista composto pelos aliados de Getúlio Vargas. Em 1942, Machado conquistou uma nomeação para atuar no referido Conselho. Por fim, cabe mencionar que o citado Manuel de Alencar Guimarães foi outro membro da oligarquia regional que se envolveu em políticas de nomeações após a instauração do Estado Novo. Ele pertenceu àquele Conselho de 1939 a 1940 (DAGOSTIM, 2011, p. 148-149).

³⁴ Para o conhecimento da reorganização político-administrativa ocorrida no Paraná a partir da Revolução de 1930, ver: Oliveira (1997).

Paraná provocou o declínio da força política dos fundadores da AL. Em seguida, eles passaram a atuar como opositoristas (GRANATO, 2019).

O segundo argumento salienta que, em relação à época da Primeira República, o quadro partidário paranaense dos anos 1930 era mais plural. Nas eleições parlamentares de 1934, por exemplo, nove agremiações apresentaram candidatos (*Diário da Tarde*, 26 out. 1934, p. 1). Em boa medida, esses novos partidos surgiram para sustentar demandas de específicos setores do eleitorado. Assim, no Paraná havia agremiações que reivindicaram a legitimidade de representar os interesses de grupos como os operários, estudantes, católicos e defensores do Estado laico. Todavia, essas agremiações não possuíam os apoios suficientes para eleger candidatos.³⁵ Nesse período, o limite da força eleitoral das agremiações minoritárias do Paraná era eleger vereadores em cidades do interior.³⁶

De sua parte, os fundadores da AL se dispersaram pelas agremiações eleitoralmente mais competitivas. Mais precisamente, uma parcela desses correligionários se acomodou no PSD. A outra parcela integrou-se ao PSN. O estudo dos percursos políticos desses fundadores demanda a análise das informações inseridas a seguir.

Quadro 4 – Desfecho das carreiras políticas e profissionais dos membros do Comitê Pró-Aliança Liberal no Paraná (1930-1937)

Nome	Profissão	Posição	Mandatos no Legislativo	Mandatos no Executivo	Nomeações
Joaquim Pereira de Macedo	Empresário	Situação/Oposição	1	1	0
Benjamin Batista Lins de Albuquerque	Advogado	Situação/Oposição	0	0	3
Antônio Jorge Machado Lima	Procurador da Fazenda Nacional	Situação	2	0	4
Francisco Xavier Teixeira de Carvalho	Advogado	Situação	0	0	1
João Maria Marques	Agropecuária	Sem filiação	0	0	0
Otoni Ferreira Maciel	Agropecuária	Situação	0	0	1
Abeylard de Queiroz	Militar	Sem filiação	0	0	0
Ângelo Guarinello	Advogado	Sem filiação	0	0	0
Artur Bardon	Empresário	Sem filiação	0	0	0
Carlos Farias de Macedo	Empresário	Sem filiação	0	0	0
Durval Ferreira	Servidor público estadual	Situação	0	0	0
Emílio Müller Neiva de Lima	Engenheiro Civil	Situação/Oposição	0	1	1
Fidelis Manuel	Empresário	Situação	0	0	1

³⁵ Para a análise do desempenho eleitoral das agremiações minoritárias do Paraná no pleito de 1934, ver: Ricci (2019, p. 282-284).

³⁶ No Paraná, nos anos 1930, a Ação Integralista Brasileira era uma agremiação minoritária. Nesse contexto, ela conseguiu eleger vereadores em municípios como Paranaguá, no litoral, e Ponta Grossa, situada no segundo planalto do estado (Cf.: DITZEL, 2004).

Reginato					
Francisco Souza Netto	Empresário	Sem filiação	0	0	0
Gaspar Santana Saldanha	Advogado	Situação	0	1	0
Octávio Ferreira do Amaral e Silva	Magistrado	Situação	0	0	1
Paulo Tacla	Jornalista	Oposição	0	0	0
Walter Gastão Buttel	Advogado	Situação	0	0	1

Fontes: A Federação, 1930-1937; Correio do Paraná, 1930-1937; Diário da Tarde, 1930-1937; Diário do Comércio, 1930-1937; Jornal do Brasil, 1930-1937; O Dia, 1930-1937.

As informações contidas no **Quadro 4** possibilitam a fundamentação de duas constatações. Primeiro, verifica-se que os fundadores da AL paranaense que continuaram politicamente ativos nos anos 1930 tiveram passagens pelo campo governista. O principal efeito do pertencimento a esse campo consistiu na participação em esquemas de nomeações para cargos públicos. A atenção aos cargos exercidos por esses correligionários evidencia que, no contexto da Era Vargas, os políticos novatos e veteranos que fundaram a AL permaneceram distantes entre si no que concerne às posições que ocuparam no ordenamento administrativo paranaense.

A ascensão dos partidários de Getúlio Vargas ao comando do Governo do Paraná permitiu o retorno de veteranos a posições centrais das agências do Estado. Atente-se, pois, aos casos de Joaquim Macedo e Ottoni Maciel. O primeiro, por meio de nomeação do Governo estadual, exerceu o posto de prefeito de Curitiba de 1930 a 1932 (*O Dia*, 9 jan. 1932, p. 1). O segundo, em meados dessa década, pertenceu ao Conselho Consultivo do Estado do Paraná (*Ibidem*, 7 jan. 1936, p. 3). Uma das atribuições dos conselheiros era emitir pareceres sobre a pertinência de demandas enviadas ao Governo estadual.³⁷

Os novatos que se envolveram na criação da AL paranaense exerceram funções públicas menos proeminentes nos anos seguintes ao fim da Primeira República. Walter Gastão Buttel, por exemplo, atuou como inspetor federal de Ensino na cidade de Curitiba, em 1933 (*O Dia*, 9 set. 1933, p. 2). De sua parte, Emílio Neiva de Lima obteve a nomeação para o cargo de prefeito de Jataí, em 1932. Esse município está situado no norte do estado. O exercício do posto de prefeito de uma cidade do interior representou o limite de ascensão política de Neiva (*Ibidem*, 21 jul. 1932, p. 4). Existem indícios de que outro membro de sua parentela também conquistou nomeação para um cargo pouco destacado da administração estadual.³⁸

Esses antigos correligionários não se diferenciavam apenas por causa das funções que exerceram no serviço público. Eles também se distinguiam em decorrência dos seus movimentos na cena partidária. Dessa maneira, no contexto do Governo Provisório esses indivíduos já se encontravam politicamente apartados.

³⁷ Acerca das competências do Conselho de Estado paranaense, ver: Dagostim (2011).

³⁸ Em 1931, Mairinque Neiva de Lima era funcionário da Coletoria Estadual do Paraná (*O Dia*, 22 maio 1931, p. 4).

Trata-se, assim, de sustentar a segunda afirmação desta seção. Cabe reconhecer que houve três destinos peculiares aos fundadores da AL. Um destino consistiu em apoiar os interventores federais sem manter vínculo com uma agremiação. A esse respeito, cumpre mencionar que o coronel Ottoni Maciel foi filiado ao Partido Liberal Paranaense (PLP), agremiação que originou o PSN. No começo dos anos 1930, o PLP era um partido governista (*O Dia*, 16 ago. 1931, p. 2). Maciel se desligou dessa agremiação em 1932. Ele pertenceu aos quadros desse partido por apenas um ano (*Ibidem*, 15 nov. 1931, p. 1). Em resumo, esse veterano não permaneceu ativo na cena política estadual nos anos posteriores à Revolução de 1930. Essa informação consiste em um indício da desagregação do grupo responsável pela formação da AL paranaense. Apenas três anos após o surgimento dessa agremiação, uma parcela de seus fundadores já se encontrava afastada do quadro partidário estadual.

Ao mesmo tempo, cabe salientar que houve correligionários da AL que não tiveram uma consistente atuação na vida partidária, bem como não foram absorvidos pelos esquemas de preenchimento de cargos públicos. Durval Ferreira participou da fundação do PLP, mas não desenvolveu uma carreira política (*O Dia*, 16 ago. 1931, p. 2.). Paulo Tacla, por seu turno, era simpatizante do PSN. Porém, nunca se lançou como candidato (*Correio do Paraná*, 16 ago. 1934, p. 1). O envolvimento desses indivíduos na cena partidária arrefeceu no contexto do Governo Provisório. Em suma, uma parte dos organizadores da AL do Paraná vivenciou o declínio de sua atividade política nos anos seguintes à Revolução de 1930.

O segundo destino dos fundadores da AL consistiu em se integrar ao PSD, a agremiação situacionista. Antônio Jorge Machado Lima (1886-1960) foi membro fundador dessa agremiação (*O Dia*, 7 jan. 1933, p. 1). Nesse contexto, o PSD possuía o maior número de mandatários no Paraná (*Diário da Tarde*, 25 set. 1932, p. 2). Filiado a esse partido, Lima exerceu, nos anos 1930, os cargos de senador e deputado federal constituinte (OLIVEIRA, 1997, p. 50).

Por fim, o terceiro destino consistiu em pertencer ao campo da oposição. Uma parcela dos egressos da AL paranaense fez parte do PSN. Joaquim Macedo era o presidente dessa agremiação (*Diário da Tarde*, 7 set. 1934, p. 3). Esse chefe partidário teve o apoio de antigos correligionários da AL para fundar o PSN. O citado Emílio Neiva, por exemplo, acompanhou Macedo em sua passagem para a oposição. Roberto Glasser, que foi candidato a deputado federal pela AL em 1930, também permaneceu integrado ao grupo político de Macedo (*O Dia*, 8 set. 1935, p. 8). Entretanto, em 1937 os membros do PSN se aproximaram dos próceres do PSD. Essa aproximação gerou a fusão dessas agremiações. O resultado da fusão foi o surgimento do Partido Nacionalista Democrático. Joaquim Macedo exerceu o posto de 1º vice-presidente do diretório central da nova agremiação (*O Dia*, 5 set. 1937, p. 8).

Às vésperas da implantação do Estado Novo e da dissolução dos partidos, notou-se uma convergência quanto à atividade política dos expoentes da AL paranaense. Essa convergência reside no fato de que eles estavam inseridos na ordem governista. No contexto dos anos 1930, a adesão ao campo situacionista foi inerente aos percursos desses antigos aliados. Contudo,

essa adesão não foi realizada conjuntamente. Esses correligionários se diferenciaram em virtude do momento em que foram incorporados ao grupo situacionista.

Considerações finais

A presente investigação teve por finalidade investigar o processo de organização e de ação eleitoral de uma agremiação oposicionista instalada no Estado do Paraná no contexto dos últimos anos da Primeira República. Trata-se, pois, de enfatizar três resultados apresentados no decorrer desta análise.

Primeiro, convém destacar que o surgimento da AL paranaense promoveu mudanças nas formas de ação eleitoral da oposição regional. Uma mudança consistiu no aumento do número de candidaturas apresentadas em uma eleição parlamentar. A citada agremiação rompeu com uma prática comumente adotada pelos partidos minoritários. Essa prática era a homologação de candidatura única em eleições para deputado federal. Desse modo, o projeto político da AL era mais ambicioso em comparação ao das outras agremiações oposicionistas que atuaram no Paraná entre as décadas de 1900 e 1920. A outra mudança residiu na ampliação das conexões políticas dos oposicionistas. Os rivais dos governistas se aliaram aos coordenadores nacionais da candidatura presidencial de Getúlio Vargas. A consolidação dessas relações propiciou o surgimento de um diretório da AL naquele estado.

Segundo, demonstrou-se que essa agremiação era eleitoralmente mais competitiva do que os demais partidos de oposição existentes no Paraná dos anos 1920. No final desse decênio, os adversários do governismo criaram uma agremiação que se diferenciou dos antigos partidos minoritários do estado. Em grande medida, essa diferença decorria do fato de que a AL paranaense possuía uma base eleitoral mais ampla. Nos anos finais da Primeira República, portanto, os antagonistas do PRP ampliaram seu rol de apoiadores.

Terceiro, evidenciou-se que foi pouco duradoura a união entre os fundadores da AL paranaense. Ao tempo do Governo Provisório, eles já estavam apartados. No começo dos anos 1930, uma parcela dos fundadores da AL não se vinculou à ordem situacionista. Essa ala de dirigentes foi absorvida pelo grupo governista na época da instauração do Estado Novo. Desse modo, ao longo da década esses fundadores se distinguiram em virtude das posições que ocuparam no quadro político-partidário do estado.

Nesse período, uma fração dos antigos dirigentes regionais da AL conseguiu exercer funções proeminentes no Governo do Paraná. Os gestores desse partido que conquistaram posições decisivas no ordenamento administrativo do estado eram políticos veteranos que desde os anos 1910 atuavam como oposicionistas. Por outro lado, os novatos que pertenceram a essa agremiação não experimentaram relevante crescimento de sua projeção política no contexto dos anos 1930. As posições mais destacadas na administração pública foram conferidas a duas categorias de veteranos: os aliados de primeira hora da candidatura

presidencial de Getúlio Vargas e os ex-integrantes do PRP, os quais retornaram aos órgãos públicos por meio da participação nas políticas nomeações da época do Estado Novo. Em um cenário no qual o governo cooptou antigos adversários e conferiu postos de relevo aos líderes locais da campanha presidencial de 1930, restou aos novatos o exercício de cargos menos proeminentes.

Referências

Fontes

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA DA BIBLIOTECA NACIONAL [ONLINE]

A Federação, Porto Alegre, 1889-1929.

A República, Curitiba, 1889-1929.

Correio do Paraná, Curitiba, 1889-1929.

Diário da Tarde, Curitiba, 1889-1929.

Diário do Comércio, Curitiba, 1889-1929.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1889-1929.

O Dia, Curitiba, 1889-1929.

O Estado, Curitiba, 1889-1929.

CÂMARA DOS DEPUTADOS [ONLINE]

Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916-1927.

Bibliografia

ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná (1853-1889): a classe política. A parentela no Governo*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

BRITO, Jonas. *Um Ás na Mesa do Jogo: a Bahia na história política da I República*. Salvador: Ed. UFBA, 2019.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: Ed. UnB, 1985.

CHARLE, Christophe. Prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

CODATO, Adriano. *Elites e instituições: uma abordagem contextual do Estado Novo*. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

DAGOSTIM, Maristela Wessler. *A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. *Manifestações autoritárias: o Integralismo nos Campos Gerais (1932-1935)*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: história e historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política nos anos 1920. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 9-23, 1993.
- FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais (1889-1930)*. Curitiba: CRV, 2017.
- FONTOURA, João Neves da. *Memórias: a Aliança Liberal e a Revolução de 30*. Porto Alegre: Globo, 1963.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo: Polis, 1978.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo. (Verbetes). In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.
- FRANCO, André Luiz dos Santos. *As armas de outubro: militares e políticos no movimento belicista no sul do Brasil*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *A dança das cadeiras: análise do jogo político na Assembleia do Paraná (1889-1930)*. Jundiaí, SP: Paco, 2014.
- GRANATO, Natália Cristina. O Poder Legislativo paranaense no contexto da Revolução de 1930: um estudo sobre os capitais familiares e políticos dos deputados estaduais e federais (1930 a 1937). *Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses*, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 1-39, 2019.
- GRANATO, Natália Cristina. *O processo da Revolução de 1930 no Paraná: atores políticos e dissidências oligárquicas*. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.
- MACIEL, Ottoni Ferreira. *Bastidores políticos*. Curitiba: [S. n.], 1925.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense no período 1930 a 1945. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 9, p. 47-56, 1997.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930)*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- PILOTO, Valfrido. *Quando o Paraná se levantou como uma nação*. Curitiba: IHGEP, 1982.
- PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política da Primeira República*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo (1926-1934)*. São Paulo: Ática, 1986.
- RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. "A terceira estrela da federação": a bancada gaúcha no contexto político-eleitoral dos anos 1920 a 1924. 2019. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- RICCI, Paolo (Org.). *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o Código Eleitoral de 1932*. Curitiba: Appris, 2019.
- SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *De líderes históricos à opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (1890-1907)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.

ZULINI, Jaqueline Porto. *Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do Parlamento no regime de 1889-1930*. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.